“Na área florestal ainda não chegámos ao ponto que seria necessário”

29 de Agosto, 2016

Professor de Economia na Universidade Católica do Porto, Américo Carvalho Mendes assinou um estudo que, há mais de uma década, se propôs avaliar o valor económico da floresta portuguesa. Em entrevista ao Público, Carvalho Mendes diz que é impossível erradicar os incêndios da realidade portuguesa, mas que é viável melhorar a gestão florestal, se as políticas públicas, a investigação técnica e as práticas económicas se organizem em torno da estrutura fundiária da floresta – e não de costas voltadas para ela.

Segundo o responsável, ainda que não tenha feito as contas, é certo que a floresta terá hoje em Portugal um valor económico mais baixo do que há dez anos atrás. “Não refiz as contas, não me atrevo a avançar um número. Mas com certeza que será menos. Em termos reais, de certeza absoluta. E temo que em termos nominais também. Mas não me atrevo a avançar um número”, afirma o responsável, acrescentando que “tem havido um declínio da floresta de pinheiro bravo. E sabemos que a sua substituição por parte de eucalipto, mesmo sendo uma espécie de crescimento rápido, não dá rendimento logo no primeiro ano. E a continuação dos incêndios também vai degradando outro tipo de produtos que a floresta dá”.

Na mesma entrevista, Américo Carvalho Mendes afirmam ser um dos que “acha que a máxima de Portugal sem fogos é uma estupidez”. “Nesta parte do mundo o risco de incêndio estará sempre presente, como outros têm risco de avalanches ou de erupções vulcânicas. O que é preciso saber é se estamos coletivamente organizados para fazer face a esse risco, prevenindo o que for de prevenir e minimizando os danos que daí decorrem. A resposta, como infelizmente sabemos, é que na área florestal ainda não chegámos ao ponto que seria necessário”. Segundo o responsável, “precisamos de construir, em termos organizativos, económicos e técnicos uma silvicultura preventiva adequada à estrutura fundiária que temos na floresta. Desde que começou a haver política florestal, há mais de 200 anos, que a estrutura fundiária não é tida em conta”.